



AOS LICITANTES

Nas páginas seguintes consta o edital de licitação da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e seus anexos. Antes de fazer a leitura do edital verifique atentamente estas orientações:

1. Verificar se os documentos constantes do Cadastro de Fornecedores do Município de Paulo Lopes se encontram com os prazos de validade atualizados na data definida no edital para habilitação. Caso negativo, os documentos vencidos deverão ser **ATUALIZADOS** antes da data da sessão junto a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes ou apresentadas com CRC no envelope de habilitação.

3. Verificar no edital quais são os documentos exigidos para habilitação além do Cadastro de Fornecedores do Município de Paulo Lopes

4. Verificar no edital quais são os documentos exigidos para credenciamento dos representantes que participarão da sessão pública de abertura das documentações e propostas.

5. Verificar no edital o prazo para entrega dos materiais ou de execução dos serviços e a validade da proposta.

6. Rubricar todas as folhas e assinar a proposta comercial e as declarações solicitadas no edital.

7. No caso da autenticação dos documentos serem efetuada pela Comissão Permanente de Licitação, solicitamos que a mesma seja feita **PREFERENCIALMENTE com antecedência de 03 (três) dias da data de abertura do presente processo**, mediante apresentação dos originais.

Obs.: O edital e os anexos do processo deverão ser retirados no site <http://www.paulolopes.sc.gov.br/> ou na Sala da Comissão Permanente de Licitação – Centro Administrativo. Solicitamos providenciar CDROM ou Pendrive



EDITAL TOMADA DE PREÇO TP 05/2017
PROCESSO LICITATÓRIO 63/2017

A Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.892.365/0001-32, por meio da Secretário Municipal de Administração, Comissão Permanente de Licitações designada pela portaria nº 243 de 25 de novembro de 2014, consoante as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123/2006, bem como demais legislações pertinentes, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, realizará licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇO**, sob regime de empreitada por preço unitário do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a contratação de empresa especializada, do ramo de obras e serviços de engenharia, visando a execução do objeto abaixo identificado.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos:

- **Recebimento do envelope de proposta e do envelope de habilitação:**
- Até 09h55min do dia 24/11/2017;
- **Início da Sessão Pública:**
- 10h10min do dia 24/11/2017.

1 - DO OBJETO

1.1 – Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD) localizada no bairro da Penha, município de Paulo Lopes/SC, bem como acompanhamento técnico para execução do PRAD por um período de 18 meses, com relatórios semestrais protocolados junto a FATMA, conforme especificações contidas no projeto básico do presente Edital presentes na TP nº 05/2017.

2 - DAS NORMAS TÉCNICAS E JURÍDICAS A SEREM OBEDECIDAS

2.1 - Na execução dos serviços objeto do presente Edital deverão ser observados, de modo geral, as especificações das normas técnicas e vigentes no Sistema CONFEA/CREA, as da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e aquelas complementares e particulares dos respectivos projetos e outras pertinentes aos serviços ora licitados, bem como as instruções, recomendações e determinações da Fiscalização, dos órgãos ambientais de controle e demais aplicáveis à espécie. Deverá, ainda, obedecer, criteriosamente, as especificações técnicas integrantes deste ato convocatório, além de ter que obedecer, obrigatoriamente, os ditames da Lei nº 8.666/93, com as suas devidas alterações subseqüentes e demais condições estabelecidas neste Edital.

3 - DO PREÇO

3.1 – O preço global orçado para execução do projeto, em conformidade com as condições previstas na Planilha de Orçamento importa em R\$ 14.761,67 (Quatorze mil e setecentos e sessenta e um reais e sessenta e sete centavos) que constituem valor máximo estabelecido para fins de contratação dos serviços objeto da presente licitação.

3.2 – Serão desclassificadas as propostas que apresentarem valores unitários e/ou global, superiores ao limite estabelecido, tendo-se como limite estabelecido o orçamento estimado do serviço nas planilhas que constam do projeto.

4 - DO CREDENCIAMENTO

4.1 – Os proponentes deverão se apresentar para credenciamento por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE PAULO LOPES

a responder por sua representada, devendo ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

4.2 – Para fins de credenciamento deverão ser apresentados no início da sessão pública, FORA dos envelopes nº 01 (habilitação) e nº2 (proposta de preços), os seguintes documentos:

4.2.1 – Tratando-se de representante legal: O estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, ou, tratando-se de sociedades civis, o ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

4.2.2 – Tratando-se de procurador: O instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida em cartório do qual constem poderes expressos para formular propostas, acordar, discordar e transigir em nome da Licitante, bem como para acompanhar as demais ocorrências e realizar todos os atos inerentes ao certame, dentre outros, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no subitem 4.2.1, que comprovem os poderes do mandante para a outorga em nome da empresa representada;

4.3 – Manifestações ou consignações em ata, referentes ao processamento das fases concernentes ao processo licitatório em contexto, ficarão condicionadas à apresentação da credencial acima exigida.

4.4 – Em se tratando de Micro Empresa ou de Empresa de Pequeno Porte, deverá ser apresentada a Certidão Simplificada da Junta Comercial de que a empresa preenche os requisitos contidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, para os efeitos de aplicação das regras contidas nos artigos 42 a 46 de referida lei.

4.4.1 – Caso a Licitante não apresente tais documentos citados no subitem 4.4 na fase de Credenciamento, os mesmos terão validade para efeitos de aplicação das regras contidas nos artigos 42 a 46 da LC 123/2006 e suas alterações, se apresentados dentro do Envelope nº1 – HABILITAÇÃO.

5 – DOS PARTICIPANTES DA LICITAÇÃO E CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1– Poderão participar desta licitação empresas interessadas na execução dos serviços descritos no objeto deste edital.

5.2 – Poderão participar desta licitação as empresas que estiverem cadastradas para o objeto desta TOMADA DE PREÇO no CADASTRO DE FORNECEDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL, através da apresentação do CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL (CRC);

5.3 – Empresas que atenderem a todas as condições exigidas pela Prefeitura Municipal de Paulo Lopes para cadastramento até o terceiro dia anterior a data de recebimento das documentações e propostas, na forma do dispositivo nos parágrafos 2º e 9º, do artigo 22, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

5.4 – As empresas não cadastradas deverão apresentar as documentações, conforme disposto no **subitem 5.3**, à Comissão Permanente de Licitações, para que seja emitido seu Certificado de Registro Cadastral;

5.5 – Os documentos necessários para cadastramento poderão ser retirados no site: <http://www.paulolopes.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/64286>

5.6 – Não poderão participar desta licitação as empresas que:

5.6.1 – As empresas que estejam constituídas sob a forma de consórcio.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

5.6.2 – Empresas declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública motivada pelas hipóteses previstas no art. 88 da Lei Nº. 8.666/93.

5.6.3 – As empresas que estejam sob falência, concordata, dissoluções ou liquidações.

5.6.4 – Empresas enquadradas nas situações previstas no Artigo 9º da Lei 8.666/93.

5.6.5 – As empresas estrangeiras.

6 - DA HABILITAÇÃO

6.1 – São necessários para habilitação:

6.1.1 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA e ECONÔMICA FINANCEIRA.

6.1.1.1 – Os licitantes deverão comprovar através de cópia (Autenticada por Cartório e/ou da Comissão) do certificado, que estão regularmente cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Município de Paulo Lopes, com a documentação obrigatória em dia;

a) O licitante cadastrado no Cadastro de Fornecedores do Município de Paulo Lopes que estiver com a documentação com prazo de validade vencido deverá apresentar as certidões para atualização e regularização antes da data da abertura da sessão, junto a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes ou com CRC no envelope de habilitação no dia da Licitação

b) Os licitantes não cadastrados no Cadastro de Fornecedores do Município de Paulo Lopes deverão cadastrar-se até o terceiro dia anterior a data de recebimento das propostas comerciais e documentações, na forma do dispositivo nos parágrafos 2º e 9º, do artigo 22, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

c) Apresentar o Ato constitutivo, estatuto social ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou consolidação respectiva, no caso, de sociedades civis a inscrição do ato constitutivo deverá estar acompanhada de prova de diretoria em exercício (o documento será dispensado se apresentado no credenciamento).

6.2 – As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar cópia autenticada da certidão simplificada emitida pela Junta Comercial Estadual, da sede do seu domicílio, com data de expedição do exercício atual, de que atendem os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.

6.3 – As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conforme artigo 43 caput e parágrafos 1º e 2º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, para efeito de comprovação de regularidade fiscal, poderão apresentar os documentos com restrição.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não regularização da documentação, no prazo legal, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



6.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.4.1 Atestado(s) de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado entidade profissional competente e acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, atendendo à parcela de maior relevância, em quantidades iguais ou superiores, comprovando que possui experiência na formulação/elaboração, execução e acompanhamento de Projetos de Recuperação de Área Degradada e/ou em projetos similares ao objeto desta licitação

6.4.2. Apresentação da Certidão de Registro da pessoa jurídica na entidade profissional competente.

6.4.3 Comprovante de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega dos envelopes – mediante juntada do contrato social ou certidão simplificada da Junta Comercial do Estado, no caso dos sócios, ou de cópia da carteira de trabalho, da ficha de registro de empregado ou do contrato de trabalho, no caso de empregado, profissionais com competência técnica para estabilização de solo e recomposição vegetal.

6.4.4 Comprovante de que possui em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega dos envelopes – mediante juntada do contrato social ou certidão simplificada da Junta Comercial do Estado, no caso dos sócios, ou de cópia da carteira de trabalho, da ficha de registro de empregado ou do contrato de trabalho, no caso de empregado – profissional que será o responsável técnico, com experiência em projetos de recuperação de área degradada (PRAD) com comprovação mediante apresentação de Acervo Técnico emitido pelo respectivo Conselho de Classe.

6.4.4 - Declaração de que dispõe das instalações, do aparelhamento e pessoal técnico adequado para a realização do objeto da licitação.

6.4.5 - Declaração da licitante que visitou o local do objeto deste Edital e tomou conhecimento de todas as informações necessárias a sua perfeita execução.

6.4.6 - Declaração de Conhecimento do Edital e das Especificações e Normas Pertinentes à Execução dos Serviços.

6.5 - INFORMAÇÕES

6.5.1 – Os documentos referidos nos artigos anteriores poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia, cuja autenticação poderá ser feita por Cartório competente, ou publicação em órgão oficial da imprensa, ou pela própria Comissão de Licitações, com exceção dos documentos retirados por meio eletrônico, que serão validados mediante a verificação online pela Comissão de Licitações, quando da abertura dos invólucros;

6.5.2 – No caso da autenticação dos documentos serem efetuada pela Comissão Permanente de Licitação, solicitamos que a mesma seja feita PREFERENCIALMENTE com antecedência de 03 (três) dias antes da data de abertura do presente processo, mediante apresentação dos originais;

6.5.3 – A Comissão de licitação se reserva no direito, a qualquer tempo, se assim entender necessário, exigir os respectivos originais para conferência daqueles autenticados por Cartório;

6.5.4 – A falta de qualquer dos documentos exigidos para habilitação, acima mencionados, ou a sua apresentação em desacordo com os requisitos previstos neste edital, acarretará na automática inabilitação da proponente;

6.5.5 – Todos os documentos exigidos pertinentes à constituição legal da empresa, deverão referir-



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

se à jurisdição do local da sede do licitante.

6.5.6 - A falta de Assinaturas ou Rubricas nos documentos e propostas poderão ser sanados durante a sessão, desde que os representantes das licitantes presentes estejam devidamente credenciadas com poderes para os atos mencionados.

6.5.7 – Após a fase de habilitação, não caberá desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão (§ 6º, art. 43 da Lei Nº 8.666/93).

7 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

7.1 – A documentação de habilitação e as propostas dos interessados deverão ser apresentadas em envelopes separados, lacrados e identificados da seguinte forma:

ENVELOPE 01: Documentação de Habilitação

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
TOMADA DE PREÇO Nº 05/2017
PROCESSO LICITATÓRIO 63/2017
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: (Identificação da Licitante)
ENVELOPE: 01 – Documentação de Habilitação
ENDEREÇO E CNPJ DA EMPRESA**

ENVELOPE 02: Proposta de Preços

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
TOMADA DE PREÇO Nº 05/2017
PROCESSO LICITATÓRIO 63/2017
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: (Identificação da Licitante)
ENVELOPE: 02 – Proposta de Preços
ENDEREÇO E CNPJ DA EMPRESA**

8 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES 01 E 02.

8.1 – No, horário, dia e local assinalados no preâmbulo deste Edital, a Comissão receberá de cada licitante os envelopes, um contendo a documentação de habilitação e o outro, a proposta de preços.

8.2 – A entrega dos envelopes deverá ser feita no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes até as 09h55min do mesmo dia em que se realizara a sessão, não sendo permitida a entrega posterior de qualquer documento.

8.3 – Após o Presidente da Comissão declarar o encerramento do prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro será aceito, procedendo-se, então, a abertura do envelope nº 01, contendo a documentação de habilitação, que será conferida, examinada e rubricada pela Comissão e representantes das licitantes presentes.

8.4 – A Comissão poderá suspender a sessão sempre que julgar necessário e averiguar os documentos apresentados pelas licitantes, **bem como efetuar consultas e diligências junto a outros órgãos**, objetivando confirmar as informações prestadas.

8.4.1 – Nesta hipótese, os documentos de habilitação e os envelopes contendo as propostas serão rubricados pelos representantes das licitantes presentes e pelos membros da Comissão, ficando sob sua guarda para abertura em outra sessão, caso seja necessário, a ser indicada na ata de reunião.



8.5 – A licitante que não apresentar os documentos de habilitação, de acordo com os termos do Edital ou apresentá-los com vícios, defeitos ou fora do prazo de validade implicará em automática inabilitação.

8.6 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente restrição.

8.7 – Encerrado o exame da documentação de habilitação, contanto que haja renúncia expressa das licitantes do direito de recorrer, a Comissão dará início à abertura dos envelopes nº 02, relativas às empresas habilitadas, cujas propostas serão conferidas, examinadas e rubricadas pelos membros da Comissão e representantes das licitantes.

8.8 – Não havendo desistência expressa das licitantes do direito de recorrer, a Comissão interromperá a sessão pública, lavrando previamente ata de reunião na fase de habilitação, a qual será assinada pelos seus membros e pelos representantes das licitantes presentes.

8.9 – Julgados os recursos interpostos, ou decorrido o prazo para sua interposição, as licitantes habilitadas serão notificadas, por escrito, a comparecerem no horário, dia e local estipulados, a fim de participarem da sessão de abertura das propostas.

8.10 – O não comparecimento de qualquer dos participantes à nova reunião marcada não impedirá que ela se realize, não cabendo reclamação de qualquer natureza.

8.11 – As propostas das licitantes que não forem consideradas habilitadas, permanecerão em poder da Comissão, com os envelopes devidamente lacrados e rubricados por todos os participantes, até o término do prazo recursal previsto na Lei Nº 8.666/93, quando então os respectivos envelopes cerrados e inviolados serão devolvidos às licitantes inabilitadas, ressalvados os casos de renúncias expressas à interposição de recurso, hipótese essa, em que as propostas serão devolvidas na própria reunião.

8.12 – Das reuniões distintas, se houver, serão lavradas atas circunstanciadas, que mencionarão todas as licitantes, o documento de identificação de cada representante legal, as propostas apresentadas, as reclamações, as impugnações, os recursos e decisões relativas ao ato, bem como, as demais ocorrências que interessem ao julgamento da licitação, devendo as referidas atas serem assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes das licitantes presentes. Não será levada em consideração nenhuma das declarações feitas posteriormente.

9 – DA PROPOSTA

9.1 – As propostas deverão ser elaboradas de acordo com a legislação em vigor pertinente ao objeto da presente licitação e apresentar os seguintes requisitos:

9.1.1 - Deverão ser apresentadas, em 01 (uma) via, em original, impressa ou datilografada, em papel com timbre da empresa, em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, encadernada em papel A4, com as folhas e anexos respectivos, devidamente numerados, devendo estar assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal.

9.2 - A proposta deverá conter:

a) razão social da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone e fax, nome e nº do banco, nome e nº da agência bancária e nº da conta corrente, para fins de pagamento; nome do responsável que firmará o Contrato, com os respectivos dados pessoais, tais como: endereço, estado civil, CPF, Carteira de Identidade e cargo ou função.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

b) os preços cotados deverão ser obrigatoriamente, em moeda corrente, unitários e total, devendo já estar incluso todas e quaisquer despesas, impostos, taxas, seguros, transportes e outros encargos que incidam sobre os mesmos, não devendo exceder o **valor máximo estabelecido**, constante das alíneas do subitem **3.1** deste Edital.

c) cotação em moeda nacional, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último, sendo os preços propostos de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo neste caso, o direito de pleitear qualquer alteração seja para mais ou para menos.

d) prazo da validade não poderá **SER INFERIOR A 60 (SESSENTA) DIAS**, contados a partir da data fixada para a apresentação da documentação de habilitação e proposta. Caso este não estiver especificado na proposta esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias.

10 - DA ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

10.1 – Transcorrido o prazo sem interposição de recursos, ou caso tenha havido desistência expressa em ata, ou ainda, após o julgamento dos recursos interpostos, serão abertos os envelopes contendo as propostas das licitantes habilitadas, as quais serão rubricadas por todos os presentes, facultando-se aos interessados o seu exame no local da abertura.

10.2 – Aberto os envelopes nº 2, os documentos que compõem a proposta serão rubricados pelos membros da Comissão e pelos representantes das empresas presentes e a estes franqueados para exame.

10.3 – Após esses procedimentos, será lavrada ata que será assinada pelos representantes das licitantes presentes e membros da Comissão.

10.4 – Competirá a Comissão Permanente de Licitações proceder ao julgamento das propostas, atendendo sempre aos critérios preestabelecidos neste edital e seus anexos, observada a legislação em vigor.

10.5 – Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório desta licitação.

10.6 – Serão desclassificadas as empresas que apresentarem propostas de preços inaceitáveis, excessivos ou manifestadamente inexequíveis (Artigo 48, Inciso II da Lei nº 8.666/93). **A inexecuibilidade das propostas será verificada por preço unitário de cada item.**

10.7 – Nos termos do § 3º do art. 48 da Lei Nº 8.666/93, quando todas as empresas forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que levaram a inabilitação ou desclassificação

10.8 – Havendo empate será conhecido o vencedor por sorteio (art. 45, § 2º, da Lei Nº 8.666/93), em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo. O não comparecimento de qualquer licitante não impedirá que se realize o sorteio.

10.9 - Fica assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas ou empresas de pequeno porte (Art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006), conforme legislação vigente.

10.10 - Entende-se por empate aquelas situações em que:

10.10.1 – A proposta de menor preço tiver sido ofertada por licitante que não seja microempresa ou empresa de pequeno porte, a Comissão verificará se as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta ofertada por empresa que não se enquadra nos benefícios da Lei nº 123/2006.



10.10.2 – Caso ocorra à situação de empate citada no subitem **10.10.1**, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar, em prazo determinado pelo Presidente da Comissão de Licitação, sob pena de preclusão, proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

10.10.3 - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura enquadrem na hipótese do subitem 10.10.1, na ordem classificativa, para o exercício do mesmo direito.

10.10.4 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem dentro da margem estabelecida no subitem 10.10.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame.

10.10.5 – Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens 10.10.1, 10.10.3 e 10.10.4, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.11 – A Comissão de Licitação poderá pedir esclarecimentos e informações adicionais a qualquer um dos licitantes sobre suas ofertas, porém estas não poderão ser modificadas.

10.12 – Após abertura pública das propostas, informações relativas ao exame, esclarecimentos, julgamento e comparação das propostas e recomendação para a contratação não poderão ser divulgadas às licitantes ou a outras pessoas não oficialmente envolvidas no processo, até a proclamação do resultado da licitação.

10.13 – Qualquer tentativa de uma licitante para influenciar a Comissão no processo de exame, esclarecimento, avaliação e comparação das propostas e em decisões concernentes à contratação poderá resultar na rejeição da proposta dessa concorrente.

10.14 - O vencedor da licitação será a empresa que propor o **menor preço global, constante do item 3.1, obedecidas as demais condições deste Edital em especial o subitem 3.2.**

10.15 – Durante o exame, julgamento e comparação, a Comissão poderá solicitar às licitantes, individualmente, esclarecimento sobre suas propostas, incluindo composições de preços unitários. Os pedidos de esclarecimento e as respostas deverão ser realizados por escrito, através de ofício, telegrama ou fac-símile, mas nenhuma mudança no preço ou substância da proposta poderá ser insinuada, ofertada ou permitida, exceto se requerida para confirmar a correção de erros aritméticos descobertos pela Comissão durante a avaliação das propostas.

10.16 – A Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, através da Comissão Permanente de Licitações, poderá declarar esta Tomada de Preço deserta, quando nenhuma das ofertas satisfaça o objeto e especificações deste Edital, ou quando for evidente que tenha falta de competição.

10.17 - Após o julgamento e decorrido o prazo recursal previsto em lei, o Presidente da Comissão de Licitação submeterá o processo à autoridade competente, para fins de adjudicação do objeto desta Tomada de Preço e homologação dos atos da Comissão

10.18 - A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razão de interesse público e/ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, através de parecer escrito e devido fundamento legal.

11 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1 – Os recursos serão apresentados em 1 (uma) via, em papel impresso em 1 (uma) face e assinados pelo representante da licitante, legalmente habilitado.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

11.2 – O recurso será dirigido a Comissão Permanente de Licitações, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

11.3 – Interposto o recurso, será comunicado às demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.4 – Os autos do processo estarão com vista franqueada aos interessados, na sala da Comissão Permanente de Licitações, durante o prazo do recurso.

11.5 – Os recursos interpostos fora do prazo não serão aceitos, nem examinados.

12 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, a saber:

Entidade	Disp.	Ano	Dotação	Descrição da Dotação	Compl. Elemento	Saldo Dotação	Valor Previsto	Tipo de Empenho	
1	97	2017	08.012.033.3.3.90.00.00.00.00.00	Manutenção da Secretaria de Ob	3.3.90.39.99.00.00.00	84.736,99	14.761,67	Ordinário ▼	
Total ----->								14.761,67	

13 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

13.1 – O prazo de **execução** do objeto da presente Tomada de Preço, será aquele previsto no projeto básico.

13.2 – O prazo máximo para **início dos serviços** será de **10 (dez) dias**, a partir da entrega da Ordem de Serviço pela Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e recebimento pela CONTRATADA. A Ordem de Serviço será emitida em até 10 dias após assinatura do contrato.

13.3– O prazo de **vigência** do Contrato será previsto para acompanhamento da execução do serviço 18 (dezoito) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

13.4 – O contrato poderá ser prorrogado na hipótese do Art. 57, § 1º da Lei nº 8.666/93.

13.4.1 - Os prazos supracitados, em qualquer hipótese, poderão ser prorrogados somente através de Termo Aditivo, dentro do período de vigência do Contrato.

13.4.2 - Na contagem do prazo estabelecido neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

13.4.2.1 - Só se iniciam e vencem os prazos referidos no subitem anterior em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

14 - DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

14.1 – A Prefeitura Municipal de Paulo Lopes designará Servidores ou Agentes Públicos, através de portaria para acompanhar e fiscalizar a Empresa **CONTRATADA**, os quais estarão revestidos de poderes para recusar ou sustar serviços de engenharia que não tenham sido executados de acordo



com o constante do objeto deste ato convocatório.

15 - DA ADJUDICAÇÃO E CONTRATO

15.1 – Após decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos, e concluído o julgamento das propostas, a Comissão submeterá à autoridade competente a adjudicação do objeto desta Tomada de Preço e homologação dos atos da Comissão Permanente de Licitações. Será então lavrado Termo de Contrato entre as partes, observadas, as condições estipuladas neste Edital, na forma da minuta do Contrato (anexo I).

15.2- A licitante vencedora será comunicada oficialmente para assinar o contrato no prazo de até 60 (sessenta) dias da data de apresentação da proposta de preço, tendo um prazo de 05 (cinco) dias úteis para fazê-lo, devendo cumprir as exigências do item 17.1 deste Edital, bem como apresentar registro da empresa juntamente com seu Responsável Técnico pela execução dos serviços de engenharia deste Edital no **órgão competente** e apresentar certidão negativa de débitos do município de Paulo Lopes.

15.3 – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

15.3.1 – O disposto no item 15.3 não se aplica aos licitantes convocados nos termos do Art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pelo primeiro adjudicatário, inclusive quanto ao prazo e preço.

15.4– Caso a Empresa vencedora desista da assinatura do Contrato, a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes poderá adjudicar o objeto deste Edital às licitantes remanescentes, nos termos do § 2º do art. 64 da Lei Nº 8.666/93.

15.5– A empresa que for contratada, não poderá transferir parcial ou totalmente a terceiros, o objeto do Contrato.

16 - DO PAGAMENTO

16.1 - O pagamento será efetuado em moeda nacional corrente, por meio de Ordem Bancária para crédito em conta bancária da **CONTRATADA**, somente 30 (trinta) dias após a conclusão de cada etapa do objeto, com comprovação do protocolo da FATMA e aceitação pela fiscalização da Nota Fiscal/Fatura no financeiro da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes/SC.

16.2 – A Nota Fiscal/Fatura, será entregue pela **CONTRATADA**, após a conclusão de cada etapa, devendo estar acompanhada dos seguintes documentos:

16.2.1 – Protocolo da FATMA.

16.2.2 – Relatórios exigidos neste Edital.

16.3 – A Prefeitura Municipal de Paulo Lopes se reserva ao direito de suspender qualquer fatura de serviços realizados, especialmente nos meses alusivos ao 13º Salário, até a devida comprovação do recolhimento.

16.4 – A Prefeitura Municipal de Paulo Lopes não se responsabilizará por qualquer despesa efetuada ou que venha a ser efetuada sem que tenha sido prevista no presente Edital.

16.5 – Em caso de inadimplência de pagamento por parte da administração, os valores serão atualizados monetariamente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias, conforme disciplina o artigo 117 da constituição do Estado de Santa Catarina.



16.6 - A fiscalização dos serviços executados deverá ser efetuada em até 10 (dez) dias, contados do recebimento da comunicação por escrito do término do período relativo a cada etapa.

16.7 - Feita a fiscalização, o pagamento será efetuado após 30 (trinta) dias de efetivo expediente, contados da data de apresentação dos documentos de cobrança para pagamento, protocolizados no setor de Finanças.

16.8 – Caso a empresa não seja optante pelo simples, será retido no ato do pagamento os tributos federais e demais contribuições, nos termos da Lei nº 9.430/96 e demais legislações que regem a matéria.

16.9 – A Prefeitura Municipal de Paulo Lopes pagará à **CONTRATADA**, obedecidas as condições estabelecidas neste Edital.

17 - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

17.1 - No interesse da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, o Contrato poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

17.2 – Fica expressamente proibida a apresentação de serviços excedentes do objeto do Contrato, por parte da **CONTRATADA**, sem que haja justificativa prévia autorizada pela Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e celebração do Termo Aditivo.

18 - DA RESCISÃO

18.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condições previstas no Contrato ou ainda, a inobservância das prescrições legais pertinentes aos contratos administrativos, bem assim a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no arts. 77 e 78 conferirá às partes o direito de rescindi-lo, respeitado o direito de ampla defesa previsto da Lei nº 8.666/93, de acordo com o que estabelece os arts. 79 e 80 do mesmo diploma legal.

18.2 – Na ocorrência da rescisão do Contrato nos termos do §2 do art. 79 da Lei 8666/93 o contratado será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, sem prejuízo das demais determinações contidas no diploma legal citado.

19 - DAS RESPONSABILIDADES

19.1 - A CONTRATADA será responsável por danos causados diretamente a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Órgão interessado (art. 70 da Lei nº 8.666/93).

19.2 – A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do Contrato (§ 1º inc. I do art. 65 da Lei nº 8.666/93).

19.3 – A **CONTRATADA** fica obrigada a executar imediatamente os reparos que se fizerem necessários nos serviços de sua responsabilidade, conforme estabelecido no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

19.4 – A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar e dar apoio à fiscalização da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, durante a execução dos serviços.

19.5 – A **CONTRATADA** estará sujeita às consequências da responsabilidade civil, administrativa, trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária e fiscal, transmitindo-se aos sucessores.



19.8 – A **CONTRATADA** deverá manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação.

19.9 – A **CONTRATADA** será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato (art. 71 da Lei Nº 8.666/93).

20 – DAS PENALIDADES

20.1 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou recusa em assinar o instrumento contratual ou deixar de entregar documentos necessários para a assinatura, a Administração poderá, garantida a previa defesa, aplicar as seguintes sanções:

I – Advertência:

a) quando houver descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas pela **CONTRATADA**;

b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II – Multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

21.2 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, conforme abaixo discriminado:

a) Multa de 0,01% (um centésimo por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do Contrato, no caso de retardamento, sem justa causa, do início dos trabalhos contratados.

b) Multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do Contrato, pelo não cumprimento do prazo estabelecido pelos cronogramas físico e financeiro e contratual, sem plena justificativa.

c) Multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, pela inexecução total ou parcial do contrato, ou recusa em assinar o contrato, ou ainda, deixar de entregar documentos necessários para a assinatura do instrumento contratual.

21.3 – A aplicação das multas acima discriminadas não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas em Lei.

21.4 – A **CONTRATADA** será notificada, **de ofício**, da aplicação da multa, e a partir da notificação terá o prazo **de 05 (cinco) dias úteis para recolher a importância correspondente, em nome do** Município de Paulo Lopes, assegurado o direito de defesa de que trata o §2º, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93.

21 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

21.1 – Executados os serviços Contratados, o seu objeto será recebido de acordo com o disposto



22- DA AQUISIÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS

22.1 – O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes sito a Rua José Pereira da Silva, centro (mediante CD ou Pendrive) e no site www.paulolopes.sc.gov.br

23 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1 – Permitir a fiscalização da CONTRATANTE, em qualquer dia, hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados.

23.2 – A **CONTRATADA**, responsabilizada civilmente, responderá inclusive por perdas e danos, assim como pelas multas previstas nesta Tomada de Preço.

23.3 – Cada licitante custeará a elaboração de sua(s) proposta(s) e a participação de seus representantes nas sessões públicas que serão realizadas, não cabendo reclamar qualquer indenização a Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

23.4 – As dúvidas oriundas do presente Edital serão resolvidas pela Comissão Permanente de Licitações, observada a Legislação pertinente.

23.5 – A apresentação da proposta implica automaticamente na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital.

23.6 – Não serão aceitos documentação de habilitação e/ou propostas, remetidas via fac-símile ou e-mail.

23.7 – A presente licitação obedecerá a Lei nº 8.666/93, suas alterações subsequentes e demais instruções pertinentes.

23.8 – Em nenhuma hipótese será concedido prazo suplementar para a apresentação dos documentos de habilitação exigidos nesse Edital.

23.9 – A critério da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, através da Autoridade Competente, justificado o interesse público e de acordo com a legislação vigente, esta Tomada de Preço poderá ser anulada ou revogada sem que esse motivo resulte em direito a qualquer reclamação ou indenização.

23.10 - As decisões da Comissão de Licitação somente serão consideradas definitivas depois de aprovadas pela autoridade competente.

23.11. Qualquer interessado poderá impugnar o presente edital nos termos da Lei de licitações.

23.12 - São partes integrantes do presente Edital, os seguintes modelos e anexos.

ANEXO I

- Minuta do Contrato;
- Modelo Declaração de Visita;
- Modelo Declaração de Conhecimento do Edital e das Especificações e Normas Pertinentes à Execução dos Serviços.

ANEXO II

- Projeto Básico;



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES**

23.13 - Os interessados serão atendidos para aquisição e quaisquer esclarecimentos sobre o presente Edital, no horário de expediente, das 07h00min às 13h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, localizada no endereço constante do preâmbulo deste edital e através do telefone (48) 3253-0161.

24 - DO FORO

24.1 – Fica eleita a comarca de Garopaba/SC, como foro competente para dirimir todas as questões oriundas da presente Licitação e Contrato, depois de esgotadas todas as vias administrativas.

Paulo Lopes - SC, 25 de outubro de 2017.

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

Edital e Anexos Aprovados

Data / /2017

FRANCIELY LOPES SOARES
OAB-SC 47759.B
Procuradora



ANEXO I

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES E A EMPRESA,
XXXXXXX

O Município de Paulo Lopes, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua José Pereira Da Silva, Centro, inscrita no CNPJ nº 82.892.365/0001-32, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Nadir Carlos Rodrigues, brasileiro, casado, portador do CPF nº 415.919.099-53, denominada simplesmente CONTRATANTE e a Empresa: _____, com sede na _____, inscrita sob o CNPJ/MF N.º _____, neste ato representada por seu _____, Sr _____, CPF _____ n.º, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, considerando a homologação, objeto da licitação de que trata a Tomada de Preço 05/2017, Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993, e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006, e demais legislação em vigor, RESOLVEM celebrar o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD) localizada no bairro da Penha, município de Paulo Lopes/SC, bem como acompanhamento técnico para execução do PRAD por um período de 18 meses, com relatórios semestrais protocolados junto a FATMA, conforme especificações contidas no projeto básico do presente Edital presentes na TP nº 05/2017.

1.1. Fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de sua transcrição, os seguintes documentos:

1.1.1. Tomada de Preço 05/2017, seus anexos e;

1.1.2. A Proposta da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA LOCALIZAÇÃO

1. A localização da área a ser recuperada é no bairro Penha, Paulo Lopes – SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

1. A prestação dos serviços, objeto deste Contrato, envolve a execução e acompanhamento do projeto, incluindo a emissão dos respectivos relatórios pela **CONTRATADA E DEMAIS serviços previstos no projeto básico anexo ao edital.**

1.1. **A CONTRATADA** deverá executar os serviços de acordo com objeto deste Contrato.

1.2. A execução dos serviços em desconformidade com as especificações técnicas, caso não seja possível a devida correção, acarretará a devolução por parte da **CONTRATADA** do *quantum* que lhe foi pago, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA – DAS NORMAS TÉCNICAS E JURÍDICAS A SEREM OBEDECIDAS

1. A execução deverá obedecer, criteriosamente, as especificações técnicas, além de ter que obedecer, obrigatoriamente, os ditames da Lei 8.666/93, com as suas devidas alterações subsequentes e normas.



CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

1. As partes se obrigam ao fiel cumprimento do contrato.

1.1.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

1.1.2. Instruir ao seu preposto quanto a necessidade de acatar as orientações da CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das normas estabelecidas na Tomada de Preço 05/2017, que deverão ser obedecidas para a execução dos serviços;

1.1.3. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação;

1.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços (Art. 69 da Lei nº 8.666/93) e,

1.1.5. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do Contrato (§ 1º, Inciso I, Artigo 65, da Lei nº 8.666/93).

1.1.6. Constituem obrigações da CONTRATANTE

1.1.7. Fiscalizar a execução dos serviços, por intermédio de servidor especialmente designado pela Autoridade Competente para este fim.

1.1.8. Efetuar o pagamento após 30 (trinta) dias do efetivo expediente, contados da data de apresentação dos documentos de cobrança, protocolizados no Setor de Finanças da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

1.1.9. Promover a retenção dos tributos federais e demais contribuições nos termos estabelecidos na Lei nº 9.430/96 e demais legislações vigentes.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1. O prazo de execução do objeto deste Contrato, será de 18 (dezoito) meses, contados a partir do início dos serviços.

1.1. O prazo máximo para início dos serviços será de 10 (dez) dias corridos a partir do dia seguinte ao da entrega da Ordem de Serviço pela Prefeitura Municipal de Paulo Lopes e recebimento pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência do presente Contrato será até XX/XX/XXXX, contados a partir da data de sua assinatura. Caso as partes cumpram com suas obrigações integralmente antes da finalização do prazo de vigência do presente contrato, este será cessado.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

1. O valor do presente Contrato fica estabelecido em R\$ (.....) para execução dos serviços contratados, conforme estabelecido na Cláusula Primeira do presente Contrato.

2. No caso de ocorrer reajuste de preço, observada a periodicidade mínima de 12 meses a contar da



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES**

data de apresentação das propostas de preço, este será reajustado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acumulado no período.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1. A despesa prevista na Cláusula anterior correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

Entidade	Desp.	Ano	Dotação	Descrição da Dotação	Compl. Elemento	Saldo Dotação	Valor Previsto	Tipo de Empenho	
1	97	2017	08.012.033.3.3.90.00.00.00.00	Manutenção da Secretaria de Ob	3.3.90.39.99.00.00.00	84.736,99	14.761,67	Ordinário ▼	
Total ----->								14.761,67	

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

16.1 - O pagamento será efetuado em moeda nacional corrente, por meio de Ordem Bancária para crédito em conta bancária da **CONTRATADA**, somente 30 (trinta) dias após a conclusão de cada etapa do objeto, com comprovação do protocolo da FATMA e aceitação pela fiscalização da Nota Fiscal/Fatura no financeiro da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes/SC.

16.2 – O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, que deverá indicar o número da Nota de Empenho, da Agência Bancária e da conta corrente, através de Ordem Bancária – OB para crédito em conta corrente da CONTRATADA, após a conclusão de cada etapa, devendo estar acompanhada dos seguintes documentos:

16.2.1 – Protocolo da FATMA.

16.2.2 – Relatórios exigidos neste Edital.

16.3 – A Prefeitura Municipal de Paulo Lopes se reserva ao direito de suspender qualquer fatura de serviços realizados, especialmente nos meses alusivos ao 13º Salário, até a devida comprovação do recolhimento.

16.4 – A Prefeitura Municipal de Paulo Lopes não se responsabilizará por qualquer despesa efetuada ou que venha a ser efetuada sem que tenha sido prevista no presente Edital.

16.5 – Em caso de inadimplência de pagamento por parte da administração, os valores serão atualizados monetariamente, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias, conforme disciplina o artigo 117 da constituição do Estado de Santa Catarina.

16.6 - A fiscalização dos serviços executados deverá ser efetuada em até 10 (dez) dias, contados do recebimento da comunicação por escrito do término do período relativo a cada etapa.

16.7 - Feita a fiscalização, o pagamento será efetuado após 30 (trinta) dias de efetivo expediente, contados da data de apresentação dos documentos de cobrança para pagamento, protocolizados no setor de Finanças.

16.8 – O Município de Paulo Lopes por ocasião do pagamento promoverá a retenção dos tributos federais e demais contribuições, nos termos da Lei nº 9.430/96 e demais legislações que regem a matéria, exceto da empresa optante pelo SIMPLES.

16.9 – A Prefeitura Municipal de Paulo Lopes pagará à **CONTRATADA**, obedecidas as condições estabelecidas neste Edital.



16.10 - Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa da repactuação de preços dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIDADE

1. A **CONTRATADA** será responsável por danos causados diretamente o Município de Paulo Lopes ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo Órgão interessado (Art. 70, da Lei nº 8.666/93).

2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços até 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do Contrato (§ 1º inc. I do art. 65 da Lei nº 8.666/93).

3. A **CONTRATADA** fica obrigada a executar imediatamente os reparos que se fizerem necessários nos serviços de sua responsabilidade, conforme estabelecido no art. 69 da Lei nº 8.666/93.

4. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar e dar apoio à fiscalização da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, durante a execução dos serviços.

5. A **CONTRATADA** estará sujeita às consequências da responsabilidade civil, administrativa, trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária e fiscal, transmitindo-se aos sucessores.

6. A **CONTRATADA** deverá manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação.

7. A **CONTRATADA** será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato (art. 71 da Lei Nº 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES

1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, ou recusa em assinar o instrumento contratual ou deixar de entregar documentos necessários para a assinatura, a Administração poderá, garantida a previa defesa, aplicar as seguintes sanções:

1.1. Advertência:

1.1.1. Quando houver descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA;

1.1.2. Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

1.2. Multa;

1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante



ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

2. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, conforme abaixo discriminado:

2.1. Multa de 0,1% (um décimo percentual) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do Contrato, no caso de retardamento, sem justa causa, do início dos trabalhos contratados.

2.2. Multa de 0,1% (um décimo percentual) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do Contrato pelo não cumprimento do prazo estabelecido pelos cronogramas físico e financeiro e contratual, sem plena justificativa.

2.3. Multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do Contrato, pela inexecução total ou parcial do contrato, ou recusa em assinar o contrato, ou ainda, deixar de entregar documentos necessários para a assinatura de instrumento contratual.

3. A aplicação das multas acima discriminadas não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas em Lei.

4. A **CONTRATADA** será notificada, **de ofício**, da aplicação da multa, e a partir da notificação terá o prazo **de 05 (cinco) dias úteis para recolher a importância correspondente, em nome do** Município de Paulo Lopes, assegurado o direito de defesa de que trata o §2º, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Na presente contratação não se exigirá garantia de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

É expressamente vedado à **CONTRATADA**, transferir a terceiros as obrigações assumidas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

1. No interesse do Município de Paulo Lopes, o presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante Termo Aditivo.

1.1. Fica expressamente proibida, a apresentação de serviços excedentes do objeto do presente Contrato, por parte da **CONTRATADA**, sem que haja justificativa prévia autorizada pelo Município de Paulo Lopes e celebração do Termo Aditivo, nos termos estabelecidos nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. O não cumprimento de qualquer cláusula ou condições previstas no presente Contrato ou ainda, a inobservância das prescrições legais pertinentes aos contratos administrativos, conferirá às partes o direito de rescindi-lo, respeitado o direito de ampla defesa, na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, bem como nos casos previstos no Artigo 78 desta mesma Lei, que será procedida na forma dos artigos 79 e 80 da citada Lei.

1.2. Na ocorrência da rescisão deste Contrato, o Município de Paulo Lopes pagará à **CONTRATADA**, o valor correspondente aos serviços executados até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES**

1. Executados os serviços objeto do presente Contrato, os mesmos serão recebidos de acordo com o disposto no Artigo 73 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

1. A publicação resumida do presente instrumento, na Imprensa Oficial, será providenciada pela Administração, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, de acordo com o Parágrafo Único do Artigo 61, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Garopaba, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADO, e pelas testemunhas abaixo.

Paulo Lopes, de de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

CONTRATADA
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____



DECLARAÇÃO

(modelo)

DECLARAÇÃO DE VISITA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, **por intermédio de seu representante legal**, declara que visitou e tomou conhecimento de todas as informações e condições necessárias para a total e perfeita execução do objeto da Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 05/2017 realizada pela Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Por ser expressão da verdade firmo a presente.

Paulo Lopes, _____ de _____ de 2017.

Nome e assinatura de **representante legal** da licitante



DECLARAÇÃO

(modelo)

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL E DAS ESPECIFICAÇÕES E NORMAS
PERTINENTES À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

À
Prefeitura Municipal de Paulo Lopes
Comissão Permanente de Licitação
TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA nº. 05/2017

Comprovo, para os devidos fins da Licitação referente à Tomada de Preços – Edital nº _____, cujo objeto trata de execução dos serviços de _____, que a empresa _____, tendo obtido regularmente o Edital, tomou conhecimento deste, de todas as normas, especificações, informações necessárias e obrigatórias para a perfeita consecução do objeto do Edital supra.

Recebi todas as informações necessárias à consecução do objeto do Edital em apreço.

Paulo Lopes, _____ de _____ de 2017.

Engenheiro da empresa supra citada
CREA Nº _____



ANEXO II

PROJETO BASICO

Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto de Recuperação de Área Degradada (PRAD), e responsabilidade técnica pela execução e acompanhamento por um período de no mínimo de 18 meses com relatórios semestrais protocolados junto a FATMA. O projeto será elaborado para o imóvel, localizado no bairro Penha, Município de Paulo Lopes/SC.

-Projeto do PRAD com responsáveis técnicos (ART); para estabilização de solo e recomposição vegetal.

-Acompanhamento técnico pela execução e relatórios semestrais protocolados na FATMA.

Objetivos Gerais do programa:

Com a implementação das ações aqui propostas se pretende evitar o comprometimento da rua existente acima da área em questão, promover a recuperação e a reabilitação da área minerada, visando solucionar os passivos ambientais existentes, adequando e harmonizando a paisagem da área degradada com o seu **entorno, com intuito de minimizar o impacto visual.**

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PRAZO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)
1	Projeto do PRAD com responsáveis técnicos (ART) –para estabilização do solo e recomposição vegetal.	90	DIAS	1	8.500,00
2	Acompanhamento e responsabilidade técnica pela execução, e relatórios semestrais protocolados na FATMA	18	MESES	1	6.261,67
Preço Total dos serviços					R\$ 14.761,67

FORMA DE PAGAMENTO:

- 40% 30 dias após a entrega do protocolo na FATMA
- 15% na entrega do primeiro relatório de acompanhamento da execução
- 15% na entrega do segundo relatório de acompanhamento da execução
- 30% na entrega de relatório final de acompanhamento da execução

CONCLUSÃO

Após a execução do PRAD a área em questão deve estar apta para seguir a recuperação natural, respeitando a resiliência local. Cumprindo as exigências do passivo ambiental criado, bem como cumprindo as exigências da referida Ação.

* Informações para elaboração dos projetos:

- Planta topográfica de toda a área do imóvel, com curvas de nível de m em m, georreferenciada, datum SAD69 ou SIRGAS2000, com ART do topógrafo;
- Arquivo em DWG com o levantamento topográfico em 3D, com curvas de nível de m em m;



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

- Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- Certidão da Prefeitura Municipal relativa à localização do empreendimento quanto ao ponto de captação de água para abastecimento público (montante ou jusante), nos termos da Resolução CONAMA n°237/97, art. 10, §1°. Deverá constar data de expedição e data de validade (mínimo 180 dias);
- Consulta de viabilidade expedida pelo município;
- Declaração da Prefeitura Municipal informando se a área está sujeita a alagamentos ou inundações. Em caso afirmativo deve ser fornecida a cota máxima da mesma;
- Cópia da Transcrição ou Matrícula do Cartório de Registro de Imóveis atualizada (no máximo 90 dias);

Paulo Lopes, 25 de outubro de 2017.

Flávia Lapa
Eng. Agr. CREA 064255-8